

histórias da saúde

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 12 • 2012



MATOS, Vera de - *Portugal e Itália. Relações Diplomáticas (1943-1974)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

Se a bibliografia sobre o Fascismo em Itália e sobre o Estado Novo em Portugal é abundante, as relações diplomáticas estabelecidas entre os dois países e entre os dois regimes é, como a autora refere “um tema praticamente inédito” (p. 193). Era, por conseguinte, a obra que faltava sobre um período histórico e, mais especificamente, uma matéria pouco explorados. Tendo em conta o período que abrange, este título abre caminho a um panorama geral das relações luso-italianas dos tempos mais recentes. Insere-se, todavia, numa sequência não muito vasta de estudos que abordaram esta matéria, virados embora para épocas anteriores, como a obra de Eduardo Brasão, *A unificação italiana vista pelos diplomatas portugueses: 1848-1870* (Sep. de *Biblos*, Vol. 37/38, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade, 1963-1966), que trata do papel da diplomacia portuguesa durante o processo de unificação política da Itália; ou, a outro nível, do livro de Jorge Pais de Sousa, *Uma Biblioteca Fascista em Portugal* (Coimbra, Imprensa da Universidade, 2007), que apresenta a coleção de publicações do período fascista existentes na biblioteca do Instituto de Estudos Italianos da Faculdade de Letras. Todos eles compostos em ambiente académico, assumem, de resto, características bem diferentes e o mesmo se pode dizer deste livro, que é o resultado da dissertação que a autora apresentou à Faculdade de Letras, sob a orientação da Prof.^a Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro, em 2008, para obtenção do grau de Mestre em Estudos sobre a Europa: “As visões do Outro”.

As primeiras impressões colhidas da leitura do livro de Vera de Matos pautam-se pela clareza de exposição, equilíbrio, bom-senso e sensatez no modo de apresentação da informação. O rigor científico articula-se, em perfeita simbiose, com a noção dos objectivos a que se propôs, ou seja, os dados fluem naturalmente, aplanando caminho para o leitor menos conhecedor do assunto, ao mesmo tempo que se vão esclarecendo factos, adiantam-se dados e esclarecem-se situações.

A estrutura da obra prima pela coerência, revelando um projecto bem pensado, e concretizado depois, em capítulos ou subcapítulos geometricamente delineados: depois de se esboçar o enquadramento histórico político-social, apresentação essa sempre pautada pela razoabilidade, lançam-se os dados de referência, verdadeiras amarras, que o leitor mantém presentes à medida que novas informações se adiantam, se escarpelizam e se analisam. E tudo é feito de uma maneira sedutora, atraindo o gosto do leitor pela matéria exposta e denotando da parte da autora uma verdadeira paixão pela análise dos factos, pela matéria estudada e pela escrita, num texto extremamente bem cuidado. A organização da obra segue naturalmente a perspectiva que a autora deliberou imprimir à apresentação de um panorama da história da diplomacia luso-italiana, feita de maneira natural e convincente a ponto tal que o leitor se deixa conduzir pela fluência da exposição, aceitando inquestionavelmente a proposta de fazer corresponder seis capítulos aos seis períodos que Vera de Matos identifica entre 1943 e 1974, com características muito próprias e individualizantes.

Assim, para além do “Prefácio”, da responsabilidade do Professor Doutor Luís Manuel Vieira de Andrade e de uma esclarecedora Lista de Abreviaturas usadas com frequência, na Introdução, procede-se

verdadeiramente à apresentação da matéria de que versa toda a obra, lançam-se os primeiros dados de enquadramento, e esboça-se o modo como o volume se vai escandir. Alinham-se, depois, os seis capítulos, antes referidos. O Capítulo I, intitulado “Diplomacia e estratégia no período fascista”, inicia-se com uma súpula das relações entre Lisboa e o regime fascista, e apontam-se depois as afinidades ideológicas, tal como os interesses convergentes e divergentes de ambos os regimes, até à exoneração de Mussolini, muito embora considerando ainda a chamada República de Salò. O Capítulo II – “O Carácter simbólico de uma diplomacia de transição” – subdivide-se em duas partes: a primeira trata d’ “A Itália e as negociações da paz separada”, mais centrada no desenrolar dos acontecimentos do imediato pós-guerra naquele país; e a segunda, “A coarctação do mussolinismo” aborda o espaço de tempo que medeia entre a assinatura da paz e a instauração a República, o governo de Pietro Badoglio e a reconfiguração da política interna e externa dos dois países. O Capítulo III, mais amplo, conta com três pontos: O primeiro deles delinea “O posicionamento euro-atlântico de Portugal e da Itália”; o segundo valoriza “Os projectos europeístas italianos e a prevista adesão de Portugal”, enquanto o terceiro detém-se n’ “As relações luso-italianas no quadro do reposicionamento euro-atlântico (1946-1950)”. Aí, é tratada a fundação da NATO; a cooperação europeia de nível transatlântico; o posicionamento de Salazar, adverso à criação de instituições supranacionais, enquanto De Gasperi se mostra favorável à Federação dos Estados da Europa e se lança a ideia de uma União Latina Europeia. Por sua vez, o Capítulo IV privilegia “O estreitamento dos laços históricos e de amizade” e subdivide-se

também em dois pontos, de modo que o primeiro aborda “A consolidação dos vínculos históricos e políticos” entre os dois países na década de ’50, e o segundo apresenta a situação d’ “A Itália e o Império Português: consenso e dissensões”. Nele, definem-se as esferas de intervenção, os interesses prioritários e a plataforma de acção comum (a NATO, em África e no Atlântico); expõem-se os motivos que conduzem à elevação das respectivas legações diplomáticas à categoria de embaixadas; assiste-se à dissidência quanto à política africana de Portugal, enquanto a Itália procura ganhar espaço de intervenção económica em Angola e Moçambique. Perante as reservas manifestadas por parte de Portugal, tem lugar o alinhamento da Itália com os movimentos anticolonialistas e o capítulo encerra-se com a apreciação da questão de Goa, bem como dos ecos que este caso alcançou na opinião pública italiana. O Capítulo V – “O ‘Anos de Chumbo’ da diplomacia luso-italiana. A Questão Colonial” — detém-se no período entre 1960 e 1967 e inclui três partes: a primeira trata d’ “As províncias ultramarinas: tensão e conflitualidade nas relações luso-italianas”; a segunda apresenta o modo como “O movimento contestatário anti-salazarista em Itália” se organiza e actua; e a terceira, numa espécie de resposta ao ponto anterior, mostra “O reforço da imagem de Portugalidade”. No período aqui em causa, verifica-se, pois, um retrocesso na aproximação diplomática entre os dois países, devido à eclosão da guerra colonial. Com um governo de esquerda em Itália, tem lugar uma mobilização maciça da opinião pública contra o regime de Salazar e contra o colonialismo. Deflagram e organizam-se os movimentos estudantis de 1961-62, gerando momentos de divergência ou convergência reservada, o que leva

a um reequacionamento do discurso propagandístico português, assumindo-se mais convincente e objectivo. O último Capítulo, o VI, intitulado “A consolidação das relações diplomáticas luso-italianas?” também se subdivide em dois pontos: No primeiro, “Roma e o estreitamento das relações entre Portugal e a Itália”, e no segundo, “O pragmatismo diplomático: manifestações e contrariedades”, expõe-se o quadro do restabelecimento do clima de cordialidade, mediante a atitude favorável de Portugal nas votações efectuadas no âmbito das Nações Unidas, emparceirando assim, com a Itália. Em resposta, a Itália envia para Lisboa, na qualidade de embaixadores, figuras proeminentes do panorama político italiano. Apesar do retraimento ainda sentido devido ao projecto de Cabora Bassa, multiplicam-se e intensificam-se as relações culturais entre os dois países. Depois, as “Conclusões” são apresentadas de modo claro e sucinto, como seria de esperar depois de uma exposição e análise detalhadas dos factos e documentos.

Todavia, para além deste interessante panorama da história diplomática luso-italiana, deve ainda referir-se a oportunidade aproveitada para a apresentação de aspectos singulares, habilmente seleccionados, para aliciar o interesse do leitor, como a curiosa apresentação da implacável imagem da Itália e dos italianos feita por Eduardo Brasão, que aparece inserida no Capítulo V e resulta de circunstâncias de contexto que a gerou, quando se verifica um maior atrito entre ambos os países. Outras vezes, a importância dos conteúdos extravasa do estrito âmbito da diplomacia e o discurso abre-se para outras áreas de interesse, como, por exemplo, assuntos relacionados com a História Contemporânea de Portugal, não estritamente de natureza diplomática, quando se abordam aspectos

relacionados com a luta socialista contra o Estado Novo e se foca a presença e a intervenção da delegação da Acção Socialista Portuguesa, composta por Mário Soares, Francisco Ramos da Costa e Manuel Tito de Morais, no XXXIX Congresso do PSI, em 1972. Na globalidade, pode ainda apontar-se a ironia com que, por vezes, os caprichos da política e da diplomacia acabam por condicionar a evolução do processo histórico. Reconhecemos, pois, que tais meandros só puderam ser aqui magistralmente delineados graças ao grande trabalho de reelaboração dos dados recolhidos de um vasto manancial de documentos consultados.

A facilidade de leitura desta obra resulta ainda de outros factores: para além da lista de abreviaturas, referida de entrada, a autora insere uma bibliografia selectiva, bem organizada, onde refere a documentação consultada de acordo com as fontes, particularmente dos arquivos nacionais, dos discursos, de memórias e testemunhos pessoais; depois as fontes impressas, a imprensa; e, por fim, a bibliografia consultada. Um corpo de documentos anexos, para melhor levar o leitor a construir o quadro político do período analisado, inclui um elenco de notas biográficas das personalidades citadas; uma lista de Ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal, entre 1943 e 1974; outra de Representantes Diplomáticos de Portugal em Roma, entre 1935 e 1974; acrescida de outras de Monarcas do Reino de Itália; Presidentes do Conselho de Ministros do Reino de Itália; Presidentes da República Italiana; Presidentes do Conselho de Ministros de Itália, do período republicano; Ministros dos Negócios Estrangeiros de Itália; e Representantes Diplomáticos de Itália em Lisboa. A fechar o volume ainda se insere um conjunto de catorze textos

significativos, resultado da transcrição de documentos, que ampliam as informações contidas no corpo do texto.

Se alguma restrição há a apontar a este trabalho, deve-se ao facto de a autora ter restringido a investigação para o elaborar apenas a arquivos portugueses, como, aliás, a própria reconhece, centrando-se no Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros e no Arquivo de António de Oliveira Salazar / Arquivo Nacional da Torre do Tombo, pelo que se sente a conveniência de que um dia venha a proceder à análise crítica dos documentos produzidos pelas chancelarias italianas e seguramente depositados nos arquivos daquele país. Pelo facto, juntamos a nossa voz à do Prof. Doutor Luís Manuel Vieira de Andrade, formulando votos para que a investigação e consequente publicação dos resultados alcançados venham a ser bem sucedidos e posteriormente divulgados.

Inserido na Colecção “História Contemporânea”, dirigida pela Prof.^a Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro, *Portugal e Itália. Relações Diplomáticas (1943-1974)*, de Vera de Matos, é um exemplar acabado do que é a História nos dias de hoje, pelo modo como expõe o processo interpretativo da cadeia dos acontecimentos que os documentos nos facilitam, ao mesmo tempo que proporciona uma profunda reflexão sobre a actualidade, tudo feito com rigor e objectividade. Pelo facto, com esta obra, a autora, o Centro de Estudos Interuniversitários do Século XX, a Imprensa da Universidade de Coimbra e, em última instância, a área do conhecimento que privilegia as relações políticas, culturais e diplomáticas entre Portugal e a Itália têm motivos de que se orgulhar.

Manuel Ferro
Professor Auxiliar da FLUC

FRIAS, Aníbal - *Le Processus Sociohistorique de la Praxe Académica: coutumes, traditions, traditionalismes*. Coimbra: CEIS20, 2011. (Cadernos do CEIS20, 18).

Na série de «Cadernos do CEIS20», foi publicado em 2011 um ensaio de Aníbal Frias sobre *Le Processus Sociohistorique de la Praxe Académica: coutumes, traditions, traditionalismes*. O autor já dedicou ao tema vários artigos e a sua dissertação de doutoramento em Etnologia, intitulada *Le monde universitaire et la Praxe académica au Portugal. Traditions étudiantes et cultures académiques à l'Université de Coimbra* (Université de Paris X Nanterre, 2003).

A praxe académica pode ser um labirinto, em cujas deambulações facilmente nos perdemos. Há um imaginário coimbrão tardo-romântico, configurado nas ideias de beleza, pureza, tranquilidade e, às vezes, de tradicionalismo, no qual a praxe ocupa um lugar fundamental. Em 1938, o brasileiro Afrânio Peixoto, simpatizante do Integralismo e que recebeu o doutoramento *honoris causa* pela Universidade de Coimbra em 1937, falou da universidade como «Coimbra de Coimbra, [...] oratório de Portugal e do Brasil». (Afrânio Peixoto, *Viagens na Minha Terra*. Porto, Livraria Lello & Irmão, 1938, p. 74.) Hoje, não deve faltar quem pense o mesmo da Academia. Praxe académica: Coimbra de Coimbra?

O labirinto do imaginário é também da própria nação. Na mesma época, Afonso Lopes Vieira elevou a cidade a arquétipo nacional: «Contemplando Coimbra dos eirados de Santa Clara ou do sítio mais propício da Quinta das Canas, o viajante sensível, se for português, reconhecerá que está vendo a mais fina, a mais pura, a mais *nacional* das paisagens do seu País». (Afonso Lopes Vieira, «[Coimbra.]